



O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, cercado pelas seis senadoras: Heloísa Helena, Marina Silva, Maria do Carmo, Emília Fernandes, Luzia Toledo e Marluce Pinto

## Seis senadoras querem acabar com preconceito

Bancada feminina inicia 51ª Legislatura disposta a quebrar tabus e mostrar que discriminação contra mulheres na política precisa acabar

As três senadoras eleitas em 1998 iniciam na próxima segunda-feira o exercício efetivo de seus mandatos dispostas a pro-

var, ao lado das três que já ocupavam cadeiras na Casa, que é preciso acabar com o preconceito contra a participação femi-

nina na política. Pela primeira vez, por exemplo, elegeram-se senadoras pelo Nordeste.

PÁGINA 3

## Conheça as atribuições do Senado

O Artigo 52 da Constituição federal define as competências privativas do Senado, entre as quais se inclui processar e julgar o presidente da República.

PÁGINA 2

### SÃO PAULO

#### Suplicy dá prioridade à política econômica

Ao iniciar seu segundo mandato de senador, Eduardo Suplicy (PT) preocupa-se com a nova política cambial e o desempenho da economia. Ele pretende re-

querer a convocação do ministro da Fazenda, Pedro Malan, para explicar ao Senado as razões da mudança no comando do Banco Central.



### SERGIPE

#### Maria do Carmo vê país em má situação

A situação do país é de extrema gravidade, na opinião da senadora Maria do Carmo Alves (PFL). Por isso, ela sugere que o presidente Fernando Henri-

que Cardoso assuma o comando da economia, e que deputados e senadores sejam ouvidos na busca de alternativas para melhorar a vida da população.



### TOCANTINS

#### Siqueira Campos quer defender as crianças

Assim como ruralistas, evangélicos e outros grupos têm suas representações no Congresso, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL) propõe a criação da "bancada da criança".

Para ele, "essa é uma grande bandeira de luta, que tem andado esquecida em meio às discussões sobre reformas e ajuste fiscal".



PÁGINA 4

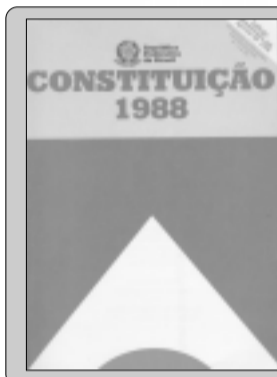
# Conheça as competências privativas do Senado

Processar o presidente da República, votar a escolha de autoridades e autorizar operações de crédito externo são algumas das atribuições da Casa, que pode, também, suspender leis declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal

Um artigo com 14 incisos define na Constituição as atribuições privativas do Senado Federal. No exercício de suas competências exclusivas, o Senado assume funções judicantes e administrativas em processos legislativos que começam e terminam na própria Casa.

Tendo como função precípua manter o equilíbrio entre as unidades da Federação, o Senado Federal teve sua participação no controle da dívida pública bastante ampliada pela Constituição de 1988. Isso se justifica porque, em um sistema federativo, é importante que os contratos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios tenham o aval da União – assim como os contratos firmados pela própria União. A igualdade de número de senadores por unidade da Federação garante a imparcialidade do processo.

A Constituição determina que toda operação externa de nature-



As competências privativas do Senado estão nos 14 incisos e no parágrafo único que compõem o artigo 52 da Constituição. Uma das competências mais importantes é a de processar e julgar o presidente da República e o vice nos crimes de responsabilidade

za financeira de interesse da União, estados, Distrito Federal e municípios deve ser aprovada pre-

viamente pelo plenário do Senado. O mesmo se dá em relação aos limites e condições para as opera-

ções de crédito interno e externo das unidades federadas, bem como de suas dívidas mobiliárias.

O limite total da dívida consolidada de cada membro da Federação também tem de passar pelo crivo do Senado, assim como a concessão de garantia da União para obtenção de créditos. A Carta Magna obriga ainda as autarquias e demais entidades controladas pela União, estados, Distrito Federal e municípios a sujeitar suas operações de crédito à aprovação dos senadores.

Quando o Senado exerce sua competência privativa de julgar autoridades, a Casa transforma-se em um verdadeiro tribunal. Essa atribuição remonta à Constituição de 1824 – outorgada por Dom Pedro I –, que dava ao Senado a competência de julgar os delitos cometidos “pela família imperial, ministros de Estado, conselheiros de Estado e senadores e deputados”.

## PRESIDENTE

Cabe ao Senado processar e julgar o presidente e o vice-presidente da República nos crimes de responsabilidade. Também os minis-

tros de Estado são submetidos a este foro especial, no mesmo tipo de crime. Em todos os casos, há a necessidade da aprovação prévia da Câmara dos Deputados para que se instaure o processo (na última Constituição, cabia à Câmara fazer também a acusação).

No julgamento, o Senado é presidido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal. Para a condenação, são necessários dois terços dos votos de todos os senadores. O condenado perde o cargo e fica inabilitado para o exercício da função pública por oito anos, sem prejuízo de outras sanções judiciais.

O Senado também exerce suas funções judicantes nos processos por crimes de responsabilidade contra ministros do Supremo Tribunal Federal, do procurador-geral da República e do advogado-geral da União. Nesses casos, não é necessária autorização da outra Casa do Poder Legislativo federal. A exoneração do procurador-geral antes do término de seu mandato também deverá ser aprovada pelos senadores, por voto secreto e maioria absoluta.

## Escolha de autoridades é apreciada em votação secreta

A necessidade do aval do Senado para a escolha de autoridades dos poderes Executivo e Judiciário permite ao Legislativo algum grau de controle na indicação dessas pessoas, que desempenharão papel de destaque na vida pública brasileira. A concordância dos senadores tem de ser feita previamente, por voto secreto.

As aprovações dos nomes do presidente e dos diretores do Banco Central são uma inovação da Carta de 1988 (antes eram cargos de livre nomeação pelo presidente da República).

Outra inovação da Constituição é a aprovação prévia do nome do procurador-geral da República. Também devem ter assentimento prévio dos senadores os nomes indicados para minis-

tros dos tribunais superiores (Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior do Trabalho e Tribunal Superior Eleitoral). Como três dos membros do TSE são oriundos do STF e dois do STJ – nomes aprovados anteriormente pelo Senado –, cabe aos senadores aprovar os nomes dos dois restantes, escolhidos entre advogados.

Os ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República também necessitam da anuência dos senadores. Ainda segundo a Constituição, igualmente por voto secreto, cabe ao Senado aprovar a escolha dos embaixadores do Brasil em outros países e em organismos multilaterais. Por força de lei, os senadores têm de aprovar os indica-



O plenário vota a escolha de autoridades como os ministros dos tribunais superiores e os diretores do Banco Central

dos pelo presidente da República para integrar o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), o defensor pú-

blico da União e o seu advogado-geral. Por fim, cabe ainda ao Senado eleger dois dos seis membros do Conselho da Repú-

blica, escolhidos entre brasileiros natos com mais de 35 anos.

Também passa pela aprovação do Senado a indicação de nomes para a presidência e parte da diretoria de órgãos reguladores como Agência Nacional de Petróleo (ANP), Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Outra parte da diretoria é de livre nomeação do presidente da República.

A Constituição estabelece ainda que o Senado deverá suspender a execução, “no todo ou em parte”, de lei declarada inconstitucional por decisão transitada em julgado – ou seja, para a qual não cabe mais recurso judicial – do STF.

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade  
Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo  
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo 1 do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Jefferson Péres lamenta acidente no rio Madeira

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) lamentou naufrágio ocorrido na última quinta-feira no rio Madeira, que até a tarde do último dia 12 havia deixado quatro pessoas mortas e 27, desaparecidas. O barco, denominado Ana Maria 8ª., fazia o trajeto Porto Velho/Manaus/Porto Velho, e transportava 200 passageiros.



Jefferson Péres aponta falhas na fiscalização da Capitania dos Portos

Jefferson disse que, “infelizmente, esses acidentes ocorrem por excesso de lotação, o que demonstra que a fiscalização da Capitania dos Portos é falha”.

O parlamentar informou, ainda, que o excesso de carga é “quase uma regra” e acrescentou que não sabia se a falta de fiscalização

ocorria por “desídia da Capitania” ou por falta de estrutura. “Sei apenas que 27 pessoas podem ter morrido e o número de vítimas poderia ter sido ainda maior, pois o barco transportava 200 passageiros”, disse.

O parlamentar fez apelo às autoridades da área para agirem considerando “as especificidades do

Amazonas, estado em que a maior parte da população utiliza o transporte fluvial para se locomover”. O fluxo de barcos naquela região, conforme informações do senador, é intenso. “A maioria da população utiliza embarcações para o transporte, pois o estado quase não tem estradas e só os mais abastados podem viajar de avião.”

## Fábrica de *software* moderniza o Senado

Criado em junho de 98 para livrar o Senado e toda sua estrutura de programas de computador dos perigos do chamado *bug* do milênio, o Laboratório Vivo do Legislativo montou uma estrutura inovadora que já se consolidou como uma das principais ferramentas para um projeto mais amplo e permanente: a modernização do Legislativo brasileiro e sua integração nos três níveis de poder. A Fábrica de *Software* é o instrumento usado para dar forma a essa proposta.

A fábrica cuida de modelar processos de trabalho. A partir da necessidade de rever nada menos que 10 milhões de linhas de programas de computador – acervo usado pelo Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen) – para livrá-las de bloqueios ou travamentos provocados pelo anunciado *bug* do milênio (dificuldade de leitura pelos computadores da troca de datas na passagem do ano de 1999 para o ano 2000), essa estrutura busca atualizar e modernizar tais programas. Muitos desses programas já têm mais de 20 anos de concepção e uso.

Uma das grandes inovações é a exigência de que os usuários participem das definições dos sistemas que eles vão utilizar. Mais do que isso, é o próprio usuário que traça o perfil e define os detalhes do sistema que quer ter na execução de suas tarefas. Os técnicos do laboratório

entram com a metodologia e o instrumental para organizar o trabalho e dar consequência às necessidades do serviço.

Os técnicos explicam. Definido o modelo, com o sistema desenhado e representado na tela dos computadores da fábrica, é possível simular o seu funcionamento, identificando eventuais falhas, excessos e carências. Esse procedimento garante eficiência e economia, da mesma forma que facilita a definição do perfil ideal para os executores das tarefas e a montagem de programas mais adequados de treinamento.

Uma primeira experiência já foi feita com a remodelagem do processo de compras do Prodasen. Os bons resultados abriram caminho para o primeiro grande trabalho, já em curso: redefinir o processo de gestão de recursos humanos de todo o Senado. Na evolução antevista pelos técnicos, após a superação do *bug* do milênio, estão projetos como a definição da estrutura ideal para um gabinete parlamentar.

Por meio de convênios e dentro do espírito de desenvolvimento da Interlegis, que é a comunidade legislativa virtual brasileira, apoiada na Internet, as ferramentas da Fábrica de *Software* poderão multiplicar as possibilidades de comunicação entre câmaras municipais, os legislativos estaduais e o Congresso Nacional.



Marluce, Maria do Carmo, Emília, Heloísa, Marina e Luzia querem aumentar a participação feminina no processo político

## Novas senadoras prometem batalha contra preconceito

Mostrar que a mulher pode fazer política igual ou melhor do que os homens é o desafio das seis integrantes da bancada feminina

Com a posse de Maria do Carmo Alves (PFL-SE), Heloísa Helena (PT-AL) e Luzia Toledo (PSDB-ES), passou a seis o total de senadoras. Também integram a bancada feminina as senadoras Marina Silva (PT-AC), Emília Fernandes (PDT-RS) e Marluce Pinto (PMDB-RR).

Embora as mulheres no exercício do mandato representem apenas 7,4% das 81 vagas do Senado, Maria do Carmo considera que ela e as outras cinco senadoras terão condições de mostrar força e discernimento, provando que a mulher pode conduzir os destinos do país tão bem ou melhor do que os homens.

Ao vencer as eleições para o Senado nos seus respectivos estados, a alagoana Heloísa Helena e a sergipana Maria do Carmo destacaram-se por serem as primeiras mulheres do Nordeste a se tornar senadoras. Vivendo em uma cultura predominantemente machista, as mulheres da região precisam lutar muito para obter sucesso na conquista do seu espaço social.

– Minha eleição está servindo para quebrar um tabu no Nordeste, aquele que muita gente ainda fala em tom de gracejo e de forma pejorativa, que mulher só serve para pilotar fogão. No Senado, vamos provar que pode-

mos não representar quantidade, mas certamente vamos significar qualidade – garantiu Maria do Carmo, que foi eleita em Sergipe com 52% dos votos válidos.

Maria do Carmo manifestou sua crença de que não sofrerá nenhum tipo de discriminação no Senado, por acreditar que todos os senadores sabem que não existem diferenças intelectuais entre homens e mulheres.

A senadora promete que, se por acaso sentir-se tratada de forma inferior por algum parlamentar, vai fazer questão de ensiná-lo a respeitar as mulheres.

## Tião Viana recebe sugestões do CFM

O senador Tião Viana (PT-AC) reuniu-se na tarde da última sexta-feira com membros do Conselho Federal de Medicina, em Brasília, a fim de discutir soluções alternativas para a saúde no país. Viana comunicou aos conselheiros do órgão que pretende dedicar seu mandato à defesa da melhoria na qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população.

O encontro contou com a participação de representantes do conselho em todos os estados da Federação.

A visita do senador foi classificado pelo presidente do órgão, Waldir Mesquita, como “histórica” porque, segundo ele, “foi

a primeira vez que um parlamentar procurou o CFM para ouvir o que o conselho tem a dizer”. Tião disse aos conselheiros que seu gabinete no Senado estava aberto para os médicos e que pretendia contar com a colaboração do órgão durante o exercício de seu mandato.

Tião Viana informou que a visita faz parte de um “projeto maior de defesa da saúde” e que, “a partir de agora, o conselho também poderia contar com um representante no Senado”.

O CFM é o órgão que supervisiona a observância do código de ética dos médicos. É, também, o órgão julgador e disciplinador, em nível federal, dos médicos, ca-



Viana quer o apoio do CFM para dedicar seu mandato à “defesa da saúde”

bendo-lhe, entre outras funções, zelar pelo bom desempenho da medicina.

SÃO PAULO

# Política econômica é prioridade para Suplicy

Acompanhar a nova política cambial adotada pelo governo federal e o desempenho da economia do país é uma das prioridades do senador Eduardo Suplicy (PT), reeleito com uma das maiores votações no seu estado – 6,7 milhões de votos. Outra prioridade do senador nesta legislatura é a reforma tributária e fiscal.

– Estarei atento às questões relativas à política cambial e econômica. Neste ano serão também muito importantes a reforma tributária e fiscal e a reestruturação das dívidas dos governos estaduais. É preciso haver um novo pacto federativo no país – afirma.

Logo no início da legislatura, o senador pretende requerer a convocação do ministro da Fazenda, Pedro Malan, para explicar as razões da mudança no comando do Banco Central. Ele também já se prepara para sabatar o econo-



Suplicy pedirá a convocação do ministro da Fazenda para explicar as mudanças no BC

mista Armínio Fraga Neto, indicado pelo governo para assumir a presidência do BC. O economista será sabatinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), da qual Suplicy deverá ser nova-

mente titular, após o dia 22.

Na discussão sobre reforma tributária, que deverá predominar tanto na Câmara como no Senado, Suplicy defenderá a proposta do Partido dos Trabalhadores (PT), formulada em 1995. O PT quer elevar a progressividade do Imposto de Renda da pessoa física, mantendo um limite básico de isenção e ampliando o leque de alíquotas até o teto de 50%, seguindo o modelo da maioria dos países desenvolvidos.

Outra proposta para a reforma tributária é introduzir o imposto de renda negativo, que já vem sendo defendido por Suplicy há sete anos. Trata-se de um programa de garantia de renda mínima para os que recebem até dois salários mínimos (R\$ 260,00). O senador diz que vai acompanhar a adoção desse programa em alguns estados e municípios que estão vinculando a renda mínima a

programas educacionais.

A regulamentação do imposto sobre grandes fortunas, a seletividade de impostos indiretos, como ICMS e IPI, e a redução radical das deduções do Imposto de Renda das pessoas jurídicas também fazem parte da proposta do partido para a reforma tributária. A reforma deve ainda, segundo Suplicy, combater a evasão fiscal.

– O sistema tributário deve ter mais racionalidade para dar eficiência ao sistema produtivo. Precisa também ter mais equidade, de forma que os que ganham mais possam contribuir com mais para que os menos favorecidos tenham uma justa participação no sistema – salienta.

O fortalecimento do Mercosul é outra preocupação do senador.

– Precisamos ampliar os espaços de integração econômica, tendo em vista os direitos à cidadania, para que as pesso-

as possam viver, estudar e trabalhar onde desejarem, já que há direitos para a livre circulação de capitais, bens e serviços – explica.

Diante das dificuldades financeiras de alguns estados, Eduardo Suplicy voltará a defender, no Senado, a convocação de todos os governadores para que exponham, na Comissão de Assuntos Econômicos, suas dificuldades com pagamento de juros e do principal das dívidas, bem como suas sugestões para enfrentar o problema. Ele também se colocou à disposição do governo de São Paulo para eventuais pedidos de renegociação da dívida do estado e do município.

– Vou estar à disposição para ajudar o estado e, ao mesmo tempo, também solicitarei que haja total transparência quanto à aplicação dos recursos – afirma.

SERGIPE

## Maria do Carmo considera situação do país muito grave

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL) considera a atual situação brasileira como de extrema gravidade. Ela entende que o presidente Fernando Henrique Cardoso deve assumir o comando da economia, não deixando essa responsabilidade apenas para a sua equipe.

– É chegado o momento de analisarmos os problemas do Brasil conjuntamente, ouvindo as sugestões de deputados e senadores, e não os restringindo apenas a assinar embaixo de medidas provisórias muitas vezes equivocadas, que já chegam prontas ao Congresso – opina Maria do Carmo.

Lembrando a posse da senadora Heloísa Helena (PT-AL), Maria do Carmo Alves diz que sua missão no Congresso ganha importância por ser a primeira vez que mulheres nordestinas ocupam vagas no Senado. Ela frisa que pretende ter participação ativa e de destaque no Legislativo.

Sobre o trabalho parlamentar, Maria do Carmo Alves adianta que vai se dedicar a contribuir, com os demais senadores, na busca de caminhos que melhorem a condição de vida do brasileiro. Ela garante que só tomará posição sobre um projeto após avaliá-lo com profundidade e comprovar se efe-



tivamente atende os interesses da maioria da população.

Insatisfeita com os rumos que o Brasil vem tomando nos últimos anos, Maria do Carmo Alves afirma que o Con-



Maria do Carmo afirma que seu compromisso maior é com a população de Sergipe

gresso também tem sua parcela de culpa, por consentir, de forma passiva, com os atos do Poder Executivo. Ela considera o papel de senador bem mais

amplo do que simplesmente o de referendar as decisões do governo federal.

A senadora por Sergipe salienta que, apesar de pertencer ao PFL, um dos partidos que dão sustentação ao governo federal, seu compromisso maior é com a população do estado. Assegura, por isso, que todas as vezes que um projeto prejudicar as populações mais carentes ela será a primeira a votar contra.

– O povo brasileiro, principalmente o de menor poder aquisitivo, já tem pago muito caro por uma conta que eu não vejo ser dividida igualmente com a elite deste país. Não admitirei que o meu partido feche questão em torno de um tema e que me obrigue a votar de acordo com a sua conveniência – adverte Maria do Carmo.

TOCANTINS

## Siqueira Campos quer formar a “bancada da criança”

A formação de uma bancada unida em torno dos interesses da criança é uma das principais metas do senador Eduardo Siqueira Campos (PFL). Ele pretende que essa bancada tenha uma atuação semelhante a outros grupos parlamentares com interesses definidos. Segundo o senador, trata-se de uma “grande bandeira” de luta, que tem andado esquecida em meio às discussões sobre as reformas e sobre o ajuste fiscal.

– Trago do Tocantins uma experiência muito rica com relação a programas para tirar os menores das ruas e pretendo, no cenário nacional, ser muito enfático: criar a bancada da criança. Os ruralistas têm sua bancada, os evangélicos também, e a criança vai ter a sua, que negociará e barganhará em favor dos seus interesses.



Eduardo Siqueira Campos propõe a reformulação do pacto federativo

O ex-prefeito de Palmas garante que não descuidará dos interesses do estado. Tem como meta estratégica a continuidade das obras da Ferrovia Norte-

Sul e da Hidrovia Araguaia-Tocantins, esta última já em fase de balizamento. Vai também lutar pela criação da Universidade Federal do Tocantins, cuja inexistência considera uma discriminação do governo federal contra o estado. O senador é claro: sem uma contrapartida para o estado, a bancada deverá mudar sua posição de apoio ao governo federal.

– A União tem débitos para com o estado do Tocantins referentes à sua criação, de apoio à infra-estrutura. Nós pretendemos que nossa bancada, que tem dado uma grande contribuição ao governo, que tem sido solidária do ponto de vista partidário, que tem sido a base de sustentação do governo, consiga que o Tocantins receba essa contrapartida. Sem isso, a nossa posição não poderá ser a mesma. Venho para o

Senado com a missão de buscar a reciprocidade com relação à atuação do governo federal em nosso estado – afirma Siqueira Campos.

A necessidade de rediscutir o pacto federativo também é levantada pelo parlamentar. Para ele, “os governadores não podem ser chefes de unidades federativas de pires nas mãos, totalmente dependentes das negociações com o governo federal”.

Eduardo Siqueira Campos entende que a decisão do governo federal de bloquear as transferências de recursos para estados inadimplentes é correta. Mas reclama que um simples descuido ou equívoco pode levar o estado ao cadastro de inadimplentes, “às vezes sem qualquer comunicação”. Para ele, na reformulação do pacto federativo deve ser restabelecida a autonomia dos go-

vernadores, já bastante ameaçada.

– É preciso respeitar a vontade das urnas, a autonomia dos governadores e o pacto federativo, e reencontrar caminhos para que o Brasil possa voltar a crescer, cada um com sua parte de responsabilidade. Foram transferidas para os estados muitas responsabilidades, então é preciso transferir também os recursos para enfrentá-las – salienta.

O parlamentar defende ainda uma revisão no calendário eleitoral brasileiro. Para ele, as eleições a cada dois anos prejudicam o país. Outro ponto “inaceitável”, para Eduardo Siqueira Campos, é a elaboração de legislações específicas para cada eleição. Ele quer levantar esses problemas na discussão da reforma político-partidária, quando lutar também pela implantação do sistema eleitoral distrital misto.